

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EM ARQUIVOS**

**PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA IGREJA MATRIZ
NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CAÇAPAVA
DO SUL/RS: ANÁLISE TIPOLOGICA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Maríndia Pôrto Nunes

Restinga Sêca, RS, Brasil

2014

**PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA IGREJA MATRIZ NOSSA
SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CAÇAPAVA DO SUL/RS:
ANÁLISE TIPOLOGICA**

Maríndia Pôrto Nunes

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a distância em Gestão em Arquivos, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em Gestão em Arquivos.**

Orientadora: Dr^a. Glaucia Vieira Ramos Konrad

Restinga Sêca, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Gestão em Arquivos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA IGREJA MATRIZ NOSSA
SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CAÇAPAVA DO SUL/RS:
ANÁLISE TIPOLOGICA**

elaborada por
Maríndia Pôrto Nunes

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão em Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Rosanara Pacheco Urbanetto, Dr^a. (UFSM)

Sônia Elisabete Constante, Ms. (UFSM)

Restinga Sêca, 05 de dezembro de 2014.

DEDICATÓRIA

Ao Hermes, meu amor, companheiro e marido.
Ao meu filho Pedro, amor da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Nossa Senhora, por estar em todos os momentos ao meu lado.

Aos professores e funcionários do Curso de Pós-Graduação Gestão em Arquivos.

A minha orientadora, Glaucia Konrad, pela paciência com quem nunca havia feito uma monografia.

Ao Pe. Rudinei e Pe. Mateus pela liberação do acervo.

Aos meus ajudantes da pesquisa de campo, Antônio e Adriane.

À Pedro Vanolin e Prof. Rivadavia Severo pelas informações sobre a Igreja Matriz.

As ex-colegas da URCAMP, Gasparina e Michele, pelos livros de história.

As colegas Dóris e Maria pelo incentivo na realização do curso.

E principalmente ao meu filho e marido por estarem sempre ao meu lado em tudo que realizo.

*“A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e
refugia...”*
(NORA, 1993, p. 7)

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Gestão em Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CAÇAPAVA DO SUL/RS: ANÁLISE TIPOLÓGICA

AUTORA: MARÍNDIA PÔRTO NUNES

ORIENTADORA: GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

Data e local da Defesa: Restinga Sêca, 05 de dezembro de 2014.

Esta monografia é o resultado de uma pesquisa desenvolvida por meio de um estudo de caso focado na análise tipológica de tipos documentais pertencentes ao arquivo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul/RS. Contextualiza os tipos documentais baseados no Código de Direito Canônico e na bibliografia arquivística. Apresenta conceitos de tipologia documental, tipo documental, arquivo e arquivo eclesiástico. Descreve a história da Igreja Matriz nos seus 200 anos. Como resultado apresenta os tipos de documentos encontrado no interior da Igreja Matriz, analisados pelo modelo estipulado pelo Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madrid. Conclui-se que esse trabalho apresenta subsídios para outras pesquisas, principalmente no que remete a documentação eclesiástica e a sua função junto a comunidade.

Palavras-chaves: Análise tipológica. Arquivo eclesiástico. Tipologia documental.

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Postgraduate Program in File Management
Federal University of Santa Maria

DOCUMENTARY HERITAGE OF THE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO CHURCH OF CACAPAVA DO SUL / RS : ANALYSIS TYPOLOGICAL

AUTHOR : MARINDIA PÔRTO NUNES

ADVISOR: GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

Date and place of defense: Restinga Sêca, December 5th, 2014.

This monograph is the result of research conducted through a case study focused on the typological analysis of documentary type files belonging to the NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO church Cacapava do Sul / RS. Contextualizes the documentary based on the types of codes of Canon Law and in archival literature. Introduces concepts of the document type, document type, file and ecclesiastical file. It describes the history of the Church in it's 200 years of existence. As a result it presents the types of documents found inside the church, analyzed by the model set by the Working Group of Archivists Madrid. We conclude that this work presents help to other research, especially when it refers to the ecclesiastical documentation and their role in the community.

Keywords: Analysis typological. Ecclesiastical file. Typology documentar.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipologia de Documentos Eclesiástico no Código de Direito Canônico de 1983	23
Quadro 2 – Tipologia de Documentos do CDC/1983 e da Igreja Matriz	36
Quadro 3 – Análise Tipológica do Livro de Atas	40
Quadro 4 – Análise Tipológica do Livro Tombo	41
Quadro 5 – Análise Tipológica do Livro de Batismo.....	42
Quadro 6 – Análise Tipológica do Livro de Crisma	42
Quadro 7 – Análise Tipológica do Livro de Casamento	43
Quadro 8 – Análise Tipológica do Livro de Casamento-Revalidações.....	44
Quadro 9 – Análise Tipológica do Livro de Óbitos	45
Quadro 10 – Atas da Ação Católica Nossa Senhora da Assunção.....	45
Quadro 11 – Livro Tombo	46
Quadro 12 – Livros de Batismo.....	49
Quadro 13 – Livros de Crisma	50
Quadro 14 – Livros de Casamento	50
Quadro 15 – Livros de Casamento-Revalidações.....	51
Quadro 16 – Livro de Óbitos.....	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Projeto Inicial Da Igreja Matriz.....	28
Figura 2 – Construção Da Igreja Matriz.....	28
Figura 3 – Construção Da Igreja Matriz.....	29
Figura 4 – Igreja Matriz E O Tiro De Guerra.....	32
Figura 5 – Igreja Matriz Em 1936	32
Figura 6 – Monumento Dedicado Às Mães.	33
Figura 7 – Monumento Dedicado Aos Pais.	33
Figura 8 – Igreja Matriz Nossa Senhora Da Assunção - 2013.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CACHOEIRA	– Cachoeira do Sul/RS
CDC	– Código de Direito Canônico
Igreja Matriz	– Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção
LIC	– Lei de Incentivo a Cultura
Pe.	– Padre
POA	– Porto Alegre/RS
S.M.	– Santa Maria/RS

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Carta enviada ao Vice-Governador	57
ANEXO B – Alguns dados sobre o Projeto junto a AES Sul através da LIC	58
ANEXO C – Termo de Abertura do Livro de Atas	59
ANEXO D – Termo de Abertura do Livro Tombo	60
ANEXO E – Termo de Abertura do Livro de Batismo.....	61
ANEXO F – Termo de Abertura do Livro de Crisma	62
ANEXO G – Termo de Abertura do Livro de Casamento	63
ANEXO H – Termo de Abertura do Livro de Casamento-Revalidações.....	64
ANEXO I – Termo de Abertura do Livro de Óbitos	65
ANEXO J – Armário de guarda de alguns livros.....	66
ANEXO K – Termo do Padre Otávio Cequim.....	67

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário de Identificação de Tipo Documental do Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madrid.....	68
APÊNDICE B – Autorização	69

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Tema de pesquisa	15
1.2 Objetivos	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 Justificativa.....	16
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
2.1 Análise Tipológica.....	19
2.1.1 Tipologia Documental.....	20
2.1.2 Tipo Documental	22
2.2 Conceitos de Arquivos	24
2.2.1 Arquivos Eclesiásticos.....	25
3 A IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO	27
3.1 O arquivo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção	35
4 METODOLOGIA	37
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	39
6 CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS.....	53
ANEXOS	57
APÊNDICE.....	68

1 INTRODUÇÃO

A busca de registrar o que acontece é algo que acompanha o ser humano durante toda a sua existência. E nada é tão antigo e tão atual quanto a Igreja e os documentos, produzidos ou não por ela e, arquivados por seus religiosos. Documentos que além de servir para o propósito destinado a eles, ocuparam a função de guardar e proteger informações que foram acrescentadas muitas vezes como um desejo de escrever sobre o que era presenciado. Ou até mesmo como fonte de informação arquivística de origem civil, como aconteceu entre 1551 e 1854, quando:

[...] a gestão dos documentos arquivísticos no Brasil esteve intimamente atrelada às injunções do Padroado, regime que garantia aos monarcas o direito de administrar assuntos religiosos, subordinando as necessidades da Igreja aos interesses da Coroa portuguesa. Em troca, o catolicismo ocupava o posto de religião oficial, vinculado à máquina do poder imperial. Em decorrência deste vínculo entre os poderes civil e religioso, diversos aspectos do governo civil mesclavam-se com os eclesiásticos fazendo com que os registros documentais depositados nas dioceses criadas antes da extinção do Padroado se tornassem complemento importante às fontes de informação arquivística de origem civil (SANTOS, 2007, p. 25).

A descrição de uma época de uma comunidade através da ótica de um religioso trouxe contribuições importantes para a historiografia de muitas cidades e países. E a própria mudança ocorrida nessas cidades pode ser observada através da influência causada nos documentos produzidos pela Igreja. Um exemplo disso, o Livro de Óbitos, que deixou de ser produzido pela Igreja, após o surgimento das funerárias.

A quantidade de informação e a influência da sociedade na produção dos documentos eclesiásticos são também observadas através dos documentos existentes nos arquivos das Igrejas, como as informações contidas no Livro Tombo.

Esta pesquisa aborda a identificação das tipologias documentais existentes no interior da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção através da classificação e descrição desses documentos.

Para entender melhor, os tipos de documentos analisados são comparados com os documentos apresentados no Código de Direito Canônico, de onde obtenho o conjunto de normas e leis que regem a Igreja Católica, como o Patrimônio Cultural formado por ela. O Patrimônio Cultural da Igreja, de acordo com o CDC, se divide

em Patrimônio Monumental, Patrimônio Documental e Patrimônio Bibliográfico. Interessa-nos, aqui, o Patrimônio Documental, ou seja, os Arquivos Paroquiais.

Trata-se de um tipo de arquivo específico, arquivo eclesiástico, que apresenta uma uniformidade de atribuições, competências e funções. São numerosas as tipologias documentais provenientes do patrimônio documental da Igreja e são vários trabalhos encontrados sobre o assunto no meio científico.

As definições apresentadas e a análise dos documentos possuem fundamentação teórica e metodológica baseada na literatura arquivística.

1.1 Tema de pesquisa

Esse estudo teve início na necessidade de identificar os tipos de documentos existentes dentro da Igreja Nossa Senhora da Assunção para compará-los com os documentos descritos pelo Código de Direito Canônico. E assim mostrar as mudanças ocorridas num período de tempo pela sociedade caçapavana.

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção estará completando 200 anos em 15 de agosto de 2015, o que pressupõe que haja um arquivo rico de informações.

O arquivo da Igreja Matriz não está inserido nas metodologias arquivísticas. Nesse contexto a análise tipológica dos documentos da Igreja Matriz desempenha um papel importante na história da comunidade através do seu arquivo.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Identificar os tipos documentais eclesiásticos existentes no Arquivo da Igreja Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul/RS.

1.2.2 Objetivos específicos

- Definir análise tipológica de documentos de arquivo, a partir da literatura arquivística;
- Apresentar os fundamentos teóricos e metodológicos da identificação da tipologia documental no contexto da documentação eclesiástica;
- Analisar os tipos documentais apresentados pela classificação e descrição e,
- elaborar formulário sobre os tipos documentais existentes dentro do arquivo da igreja.

1.3 Justificativa

A igreja dá grande importância à documentação por ela produzida, este patrimônio oferece uma grande quantidade de conteúdo para estudo. Os arquivos eclesiásticos são fontes importantes para construção da história dos lugares à que pertencem, documentos que foram arquivados conforme o conhecimento daqueles que se propuseram a organizá-los, no intuito de facilitar o seu acesso.

O Código de Direito Canônico (CDC), promulgado em 1983, no cânon 535 parágrafos 1º e 4º dispõe da maneira seguinte:

§1 – E cada paróquia, haja os livros paroquiais, isto é, o livro de batizados, de casamentos, de óbitos, e outros, de acordo com as prescrições de Conferência dos Bispos ou do Bispo Diocesano; cuide o pároco que esses livros sejam cuidadosamente escritos e diligentemente guardados.

§4 – Em cada paróquia haja um cartório ou arquivo, em que se guardem os livros paroquiais, juntamente com as cartas dos Bispos e outros que devem ser conservados por necessidade ou utilidade; tudo isso, que deverá ser examinado pelo Bispo Diocesano ou seu delegado na visita canônica ou em outro tempo oportuno, o pároco cuide que não chegue a mãos de estranhos (CDC, 1983, p. 42).

A referência ao CDC complementa a importância dos arquivos no âmbito católico e, que já havia preocupação, com a guarda e segurança dos documentos

religiosos desde os tempos passados. Dele surge o conjunto de normas e leis que regem a Igreja Católica, como o Patrimônio Documental formado por ela, ou seja, os Arquivos Paroquiais.

A necessidade de conhecer a existência dos tipos de documentos de um arquivo eclesiástico, nesse caso da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção - Caçapava do Sul/RS (Igreja Matriz) deve à estreita ligação entre a Arquivologia e a Biblioteconomia; a História e a Teologia.

Entretanto é importante deixar claro que analisar os tipos de documentos do arquivo eclesiástico da Igreja Matriz surge como proposta de estudo inicial. Que busca o conhecimento sobre quais e o que são os documentos eclesiásticos, baseado nos conceitos apresentados na bibliografia encontrada sobre tipologia documental e, os documentos apresentados pelo CDC, promulgado em 1983.

O vasto poder de informação contida nos documentos eclesiásticos é a justificativa para essa pesquisa exploratória que busca um conhecimento sobre os tipos que serviram pra armazenar essa informação e quais ainda estão no interior da Igreja, pois grande parte da documentação produzida pelas Igrejas, armazenadas no período de alguns anos pelas mesmas, são encaminhadas as Dioceses a que pertencem, para que fiquem arquivadas. Como é o caso da Igreja Matriz, que em primeiro lugar pertencia a Diocese de Porto Alegre, depois passou a pertencer a Diocese de Santa Maria e agora pertence à Diocese de Cachoeira do Sul.

De fato muitos dos documentos da Igreja Matriz acabaram ficando espalhados, não se concentraram apenas no seu próprio arquivo. E mesmo aqueles que permaneceram, muitos deixaram de existir, o que nos mostra que as práticas do passado também sofreram modificações, devido às mudanças sofridas pela sociedade com o passar dos anos.

Assim, o presente trabalho tem como escopo, a identificação dos tipos documentais encontrados na Igreja Matriz, fundamentadas na Análise Tipológica e nos documentos apresentados pelo CDC, através do formulário do Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madrid.

Para isso, o capítulo 2 aborda os conceitos de tipologia e tipo documental, arquivo e arquivo eclesiástico, para ajudar no reconhecimento dos documentos.

O capítulo 3 apresenta um breve histórico sobre a Igreja Matriz e seu arquivo, a fim de buscar elementos suficientes para a realização dessa pesquisa.

O capítulo 4 apresenta o método de pesquisa adotado, recaindo como uma pesquisa exploratória, desenvolvida por meio de um estudo de caso, focado na análise tipológica dos documentos produzidos pela Igreja Matriz.

O capítulo 5 apresenta a análise e discussão dos resultados, através dos documentos eclesiásticos encontrados no interior da Igreja Matriz, no formato dos tipos documentais referenciados pelo Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madrid.

A conclusão, abordada no capítulo 6, apresenta os resultados da análise tipológica dos documentos disponibilizados pela Igreja Matriz.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Análise Tipológica

A análise tipológica de documentos partindo dos modelos do Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madrid ou do elaborado por Louise Gagnon-Arguin, pode apresentar resultados semelhantes, pois os itens mencionados nos modelos são parecidos e podem completar-se favorecendo a análise.

A análise tipológica conforme o modelo estabelecido pelo Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madrid, leva em conta os seguintes itens:

- 1) Tipo [Espécie documental + atividade concernente]
 - 1.1) Denominação a ser buscada na legislação, em tratados de direito administrativo, manuais de rotinas burocráticas, glossários, dicionários terminológicos ou a partir do próprio documento.
 - 1.2) Caracteres externos (gênero, suporte, formato, forma).
- 2) Código da série que corresponde ao tipo no plano de classificação. Posição da série dentro do fundo ou do conjunto maior.
- 3) Entidade produtora acumuladora [atribuições]. Suas subdivisões correspondem, em geral, às funções, se for o caso.
- 4) [Atividade(s) que gera(m) o tipo documental em foco].
- 5) Destinatário, se for o caso.
- 6) Legislação que cria a entidade e a função/atividade que originará a série.
- 7) Tramitação. Seqüência das diligências e ações (trâmites), prescritas para o andamento de documentos de natureza administrativa até seu julgamento ou solução. É o procedimento que gera e em que atua a tipologia.
- 8) Documentos básicos que compõem o processo, se for o caso.
- 9) Ordenação. Posição dos documentos dentro da série.
- 10) Conteúdo. Dados repetitivos na tipologia analisada.
- 11) Vigência. “Qualidade que apresenta um documento enquanto permanecem efetivos e válidos os encargos e disposições nele contidos”. [Tempo de arquivamento no arquivo setorial.]
- 12) [Prazos.] [Tempo de permanência no arquivo setorial.] Eliminação [ou preservação em arquivo permanente]. A fixação dos prazos não cabe quando se analisa documentos já de guarda permanente (BELLOTTO, 2002, p. 97).

Já a autora canadense Louise Gagnon-Arguin, propõe uma “grade de análise”, com os seguintes itens:

1. denominação do tipo documental e sua categoria;
2. contexto de criação para estabelecer as circunstâncias que conduzem à criação do documento;

3. definição, a ser buscada na legislação, nos dicionários especializados ou na própria realidade;
4. conteúdo ou a sequência dos dados que ocorrem sistematicamente nos documentos do mesmo tipo;
5. condições de validade do sentido do que, obrigatoriamente, do ponto jurídico-administrativo, determinados tipos de documento devem conter;
6. funções a que se referem as razões mesmas de sua criação, não do ponto de vista pontual, e sim do administrativo-organizacional;
7. conservação referindo-se aos porquês dos prazos sucessivos, nos arquivos correntes e no intermediário, e as razões de sua permanência, se for o caso;
8. autoria responsável, no sentido da atribuição da função ou cargo de quem o detém e é o “autor” do documento;
9. documentos conexos com o tipo estudado e que, juntamente a este, formam uma cadeia necessária e indispensável de informação. Podem ser anteriores, paralelos ou posteriores;
10. informações complementares sobre outros tipos com as mesmas funções ou sobre outras denominações com que aquele tipo é conhecido e
11. leis que normalizem a existência e/ou conservação daquele tipo de documento, lembrando, quando for o caso, que há modificações legais relativas ao documento no percurso do tempo, as quais serão assinaladas (BELLOTTO, 2002, p. 100-101).

A análise tipológica de documentos apresentada por Bellotto (2002) mostra esses dois modelos como as alternativas mais usadas e difundidas também no Brasil.

2.1.1 Tipologia Documental

A tipologia documental, também chamada por alguns teóricos de diplomática arquivística ou diplomática contemporânea, é uma área nova, que estuda o tipo documental.

Bellotto (2006, p. 52) afirma que tipologia documental “é a ampliação da diplomática na direção da gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora.”

A tipologia documental, também chamada por alguns teóricos de diplomática contemporânea, é uma área nova, produto de uma revisão do desenvolvimento e da atualização dos princípios formulados pela diplomática clássica. Tem como parâmetro conceitual à identificação do *tipo*, cuja fixação depende primeiramente do reconhecimento da *espécie*. O método de análise proposto pela tipologia documental, invertendo a perspectiva metodológica, se fundamenta no princípio de que é no procedimento administrativo que reside a contextualização e a chave para compreender o tipo documental e, logo a série documental (Rodrigues, 2008, p. 166).

A visão de Rodríguez (2011, p.1) aponta como tipologia documental “o deslocamento do foco de análise do documento isolado para o documento orgânico”.

Assim sendo, a tipologia documental está voltada para a função do documento dentro de um conjunto orgânico, seu objeto, e não para o documento alheio a estrutura organizacional onde ele está armazenado. Nesse sentido deve-se levar em conta os princípios fundamentais da arquivística:

- o da proveniência. É a marca de identidade do documento relativamente ao produtor/acumulador, o seu referencial básico, o “princípio, segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa”;
- o da unicidade, ligado à qualidade “ pela qual os documentos de arquivo, a despeito da forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem”. Esse princípio nada tem que ver com a questão do “ documento único”, original, em oposição às suas cópias. Esse ser “único”, para a teoria arquivística, designa que, naquele determinado contexto de produção, no momento de sua gênese, com aqueles caracteres externos e internos genuínos e determinados dados, os fixos e os variáveis, ele é único, não podendo, em qualquer hipótese, haver outro que lhe seja idêntico em propósito pontual, nem em seus efeitos;
- o da organicidade, sua condição existencial. As relações administrativas orgânicas refletem-se no interior dos conjuntos documentais. Em outras palavras, a organicidade é a “qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas”. Os documentos determinantes/resultados/conseqüências dessas atividades guardarão entre si as mesmas relações de hierarquia, dependência e fluxo e
- o da indivisibilidade, sua especificidade de atuação. Fora do seu meio genético, o documento de arquivo perde o significado. Também conhecido como “integridade arquivística, é característica que deriva do princípio da proveniência, segundo a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido” (BELLOTTO, 2002, P.23-24 apud CAMARGO & BELLOTTO, 1996).

A metodologia do tratamento documental que parte da relação documentos com as atividades institucionais-pessoais, na identificação tipológica obedece a sequência:

- 1) a sua origem/proveniência;
- 2) a sua vinculação à competência e as funções da entidade acumuladora;
- 3) a associação entre a espécie em causa e o tipo documental;
- 4) o conteúdo;
- 5) a datação (BELLOTTO, 2002, p. 21).

Os caracteres ou elementos externos e internos é que dão a função ao documento.

As características extrínsecas estão relacionadas com a estrutura física e com a forma de apresentação das informações configuradas no gênero documental de acordo com os signos que foram utilizados para registro de mensagem. Os elementos externos, físicos, externos, de estrutura ou formais, são: o espaço, o volume do documento, a quantidade, o suporte onde as informações estão registradas, o formato, a forma, o gênero, a língua o modo da escrita, a espécie e o tipo documental (ESTEVAM e SALES, 2011 apud BELLOTTO, 2002).

Os conceitos apresentados neste capítulo foram necessários para o conhecimento sobre como chegar aos tipos documentais, e assim saber identificá-los, no caso, num arquivo eclesiástico.

2.1.2 Tipo Documental

Segundo Bellotto (2002, p. 91) tipo documental “é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou, sua fixação é completa e pontual”.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 163) tipo documental é definido como: “a divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro”.

Pelo Código de Direito Canônico, afirma-se que a Igreja possui uma diversidade de bens temporais que devem ser utilizados em prol dos homens e de sua salvação. O Quadro 1 mostra os tipos documentais produzidos pela Igreja Católica, disponibilizados no CDC de 1983.

Tipos Documentais	Código Canônico de 1983
DOCUMENTOS E ESCRITURAS DIOCESANAS	- Todos os documentos diocesanos e paroquiais devem ser guardados (cân. 486 § 1).
REGISTROS DE ORDENAÇÕES	- Os documentos de cada uma das ordenações serão guardados (cân. 1053).
REGISTROS DE FUNDAÇÕES PIAS	- Será guardado um exemplar dos registros das fundações (cân. 1306 § 2º).
REGISTRO DE DEDICAÇÃO E BENÇÃO DE IGREJAS E CEMINTÉRIOS	- Documentos redigidos por ocasião da dedicação ou benção de uma igreja e também da benção de cemitério devem ser conservados (cân. 1208).
ATAS DE ESCRUTÍNIOS	- A ata de eleição, assinada ao menos pelo secretário, pelo presidente e pelos escrutinadores, deve ser guardada.
REGISTRO DE ADMOESTAÇÕES E REPRENSÕES APLICADAS PELO ORDINÁRIO	- De toda admoestação e repreensão deve constar pelo menos um documento, que será guardado no arquivo secreto diocesano (cân. 1339 § 3).
RESUMOS DE AÇÕES PENAIS E PROCESSOS DE NATUREZA CRIMINAL	- O texto da sentença definitiva, juntamente com um breve resumo do fato serão conservados no arquivo da diocese (cân. 489 § 2).
INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO MATERIAL DA DIOCESE	- Deve-se guardar uma cópia no arquivo da cúria e outra no arquivo da administração, do inventário “exacto e discriminado, por eles [os administradores], das coisas imóveis, e das móveis quer preciosas quer de qualquer modo respeitantes aos bens culturais, com a sua descrição e avaliação” (cân. 1283).
DOCUMENTOS RELACIONADOS AOS DIREITOS PATRIMONIAIS DA IGREJA	- Devem ser guardados em arquivo conveniente e apropriado os documentos e instrumentos em que se baseiam os direitos da Igreja ou do instituto, enviando cópias autênticas para o arquivo diocesano (cân. 1284 inc. 9º).
LIVRO DE REGISTROS DE CELEBRAÇÃO SECRETA DE MATRIMÔNIO	- O livro especial onde se registra a celebração secreta de matrimônio deve ser guardado no arquivo secreto da diocese (cân. 1133).
DOCUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO PRÉVIA DE UM DELITO (ATAS, DECRETOS, ETC.)	- As atas de investigação e outras peças referentes à investigação processual canônica, se não forem necessárias para o processo penal, serão guardadas no arquivo secreto da diocese (cân. 1719).
ASSENTOS DE BATISMOS, MATRIMÔNIO, CONFIRMAÇÃO E ÓBITOS.	- Todos os livros paroquiais (batismos, matrimônios, óbitos e outros), inclusive os mais antigos, devem ser guardados no arquivo da paróquia (cân. 535 §§ 1 e 5).
CORRESPONDÊNCIAS	- As cartas oriundas dos bispos devem ser guardadas no arquivo da paróquia (cân. 535 § 4).

Quadro 1 – Tipologia de documentos arquivísticos no Código de Direito Canônico de 1983.
Fonte: Santos, (2005, p. 79)¹

¹ O original desse quadro foi retirado da dissertação de SANTOS, Cristian José de Oliveira. Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica. Mas foram necessárias adaptações para melhor entendimento dos meus objetivos.

Os documentos apresentados pelo CDC expressam um modelo de documentos eclesiásticos que atende a identificação dos tipos documentais no arquivo da Igreja Matriz.

2.2 Conceitos de Arquivos

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 27) diz que “arquivo é o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

O Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos segue a mesma linha definindo que:

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (Associação dos Arquivistas Holandeses, 1973, p. 13).

Como ressalta o artigo 2º da Lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, apresenta essa definição:

Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, 1991).

O Conselho Internacional de Arquivos (2010) afirma que:

Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio [patrimônio] único e insubstituível transmitido de uma geração a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a sua criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida.

Atribuímos a esses lugares várias definições, mas os arquivos também servem para recordar o que aconteceu e contar a verdade nas pesquisas feitas em seu interior.

2.2.1 Arquivos Eclesiásticos

Os Arquivos Eclesiásticos são a memória da evangelização, de conteúdo específico são fontes do desenvolvimento histórico da comunidade eclesial e da comunidade de fiéis desempenhado durante séculos. Também acervos sobre a história de Jesus Cristo, sua vida e evangelização. Arquivos importantes, que guardam dados sobre a cultura antiga e atual, sobre a história das Igrejas, a evolução da humanidade.

Assim, desde os primeiros séculos, a Igreja dedicou-se à conservação do testemunho de sua obra evangelizadora, caritativa e administrativa, custodiando as Sagradas Escrituras, os textos doutrinários, os testemunhos epistolares, os atos dos sínodos, as memórias dos mártires e em geral toda a documentação relativa a seu governo espiritual e temporal. É inegável que a Igreja de Roma possuía um “arquivo-biblioteca”, como era tradição naquele tempo. Infelizmente, daquela documentação não se tem quase nada, devido especialmente à perseguição do imperador Diocleciano (284-305) que, em 303, ordenou toda a destruição dos escritos da Igreja (SANTOS, 2005, p. 44)

O Código de Direito Canônico no Cân. 486 §2 (2003, p. 148) considera que arquivo “seja um lugar seguro, no qual sejam guardados, dispostos em ordem certa e diligentemente fechado os instrumentos escritos que se referem às questões diocesanas espirituais e temporais”.

Portanto esses arquivos são grandes fontes de informação por conterem documentos relativos a batismo, casamentos, óbitos, entre outros.

[...]além de ser um memorial religioso pulsante, testemunho do trabalho eclesial, é uma entidade que só pode ser compreendida em toda a sua complexidade se for posta em destaque a sua relação de dependência ou interdependência com outras entidades sociais, maiores ou menores, partindo do indivíduo e chegando às estruturas sociais maiores e mais complexas, como, por exemplo, o poder civil-político (Santos, 2005, p. 26).

Já na Pontifícia Comissão para o Patrimônio Cultural da Igreja (1997, p., tradução nossa) encontramos como definição de arquivos:

[...] os arquivos são lugares de memórias das comunidades cristãs e os fatores da cultura para a nova evangelização, portanto, são um bem cultural de importância primordial, cuja peculiaridade é registrar os progressos alcançados ao longo dos séculos pela Igreja no indivíduo que compor. Como lugares de memória, deve reunir sistematicamente todos os dados que são escritos para a complexa história da comunidade eclesial para oferecer a possibilidade de uma avaliação justa do que foi feito, os resultados, omissões e erros.

Os arquivos eclesiásticos são lugares que guardam a memória, narrativas que se transformaram em provas de um passado que foi presente, ligando a Igreja à comunidade.

3 A IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

A 05 de julho de 1800, o Visitador Padre Bento Cortes de Toledo, promulga uma Provisão criando a Capela curada Nossa Senhora da Assunção, onde declara:

Faço saber que no dia seis de julho deste presente ano de mil oitocentos por comissão e ordem que me foi cometida pelo mesmo Exmo. e Revmo. Sr. Bispo de acordo com o Ilmo. e Exmo. Sr. Tenente General Governador desta Capitania Sebastião Xavier da Veiga Cabral fui servido ponderando na grande distância que vai deste lugar a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira e a dificuldade que há na administração do pasto espiritual por cujo motivo faleciam a maior parte destes moradores sem Sacramentos principalmente o da confissão, único consôlo daqueles que se acham em artigo de morte: Erigir neste lugar de Caçapava uma Capela Curada com a invocação de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, para o que gozará de hoje em diante de todas as faculdades e poder eclesiástico que os Sagrados Cânones e Constituição lhe permitem assim temporais como espirituais (RUPERT, 1956, p. 16-17).

O primeiro Cura de Caçapava foi o Pe. Antonio Joaquim Godinho de Macedo (1800 – 1802), o qual realizou no dia 06 de julho de 1800, o primeiro batizado e o primeiro casamento. Sucessivamente vieram: o Pe. Januário Francisco Fagundes de Souza (1803); o Pe. Joaquim José Ferreira (1803 – 1804); o Pe. Antonio de Oliveira Gonçalves (1804); Pe. Agostinho José de Afonseca Moreira (1804 – 1807); o Pe. José de Medeiros Pereira (1807 – 1812); o Pe. João Francisco Garcia (1812 – 1815); Pe. Fidêncio José Ortiz da Silva (1815 – 1826); o Pe. Isaias Ribeiro de Andrada e Silva (1826 – 1827); o Pe. Joaquim de Sá Soutomaior (1827 – 1829); o Pe. Fidêncio José Ortiz da Silva (1829 – 1832) e o Pe. Antônio Homem de Oliveira (1832), foi o último Cura e o primeiro Pároco de Caçapava.

A pedra fundamental foi lançada em 15 de agosto de 1815, dia da Padroeira, pelo Pe. Fidêncio José Ortiz da Silva, o “Cônego Ortiz”, que havia assumido o Curato de Caçapava em fevereiro do mesmo ano, foi a figura mais destacada entre os Curas de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava. As obras continuaram até 1834, às vésperas da Revolução Farroupilha².

Rubert (1956, p. 68-69) diz que “ele mesmo dirigia os operários, enquanto boa gente do povo e os escravos faziam ranger as carretas carregadas de pedras que se

² As informações apresentadas foram retiradas do livro escrito pelo Pe. Rubert, único livro publicado sobre a Freguesia Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul.

destinavam à construção da Matriz”. A Figura 1 mostra o projeto inicial da Igreja Matriz.



Figura 1 – Projeto Inicial da Igreja Matriz

Fonte: <http://www.diocesenet.com.br/home/?p=598>

Em 06 de outubro de 1832, o Visitador e Vigário Geral da Província Cônego Antônio Vieira da Soledade, eleva a Capela Curada à categoria de Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, criando assim a respectiva Comarca Eclesiástica. As figuras 2 e 3 mostram o processo de construção da Igreja Matriz.



Figura 2 – Construção da Igreja Matriz

Fonte: <http://www.diocesenet.com.br/home/?p=598>



Figura 3 – Construção da Igreja Matriz

Fonte: <http://www.diocesenet.com.br/home/?p=598>

Isso acontece um ano após a criação do município de Caçapava (1831), quando esse é desmembrado de Cachoeira. Nessa época havia no Rio Grande do Sul as Comarcas Eclesiásticas de Porto Alegre; de São Pedro do Rio Grande; de Nossa Senhora de Oliveira de Vacaria; do Senhor Bom Jesus do Triunfo; de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo; de Nossa Senhora da Conceição de Piratini e a de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira.

A Comarca Eclesiástica de Caçapava teve vários escrivães, muitos descendentes de famílias caçapavanas. De 1832 a 1857, José Batista Lobato, exerceu o cargo até um ano antes de sua morte.

Vê-se que o primeiro Escrivão da Comarca Eclesiástica de Caçapava era membro das principais famílias do lugar. Aliás, o seu nome aparece também entre os cidadãos caçapavanos que assinaram a petição dirigida ao Visitador para que criasse a Comarca Eclesiástica de Caçapava. Por quase 25 anos exerceu José Batista Lobato o cargo de Escrivão da Vara, sendo o último documento por ele transcrito a 1º de julho de 1857. Faleceu no ano seguinte. Com sua boa caligrafia passou para o 1º Livro de Registro de Pastorais, Portarias e Provisões numerosos documentos eclesiásticos de valor. Foi confirmado no cargo que ocupava por Dom Feliciano Rodrigues Prates em 1854 (RUPERT, 1956, p. 49-50).

A 1º de janeiro de 1839, Caçapava passa a ser a Capital da República Farroupilha, por ser um local central e de posição geográfica estratégica.

Na realidade a nova capital da República ficaria mais distante das bases operacionais do Exército imperial e num local mais central, de onde era mais fácil atingir qualquer ponto da Campanha por ser entroncamento das rotas de carretas e tropas de mulas. Seguindo pela Coxilha Geral, atingia-se Montevideu (FLORES, 2002, p. 389).

A Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos foi a mais longa revolta brasileira, durou de 1835 a 1845. Iniciou-se em 20 de setembro de 1835, tendo por presidente o estancieiro-militar Bento Gonçalves da Silva, eleito em Piratini. Caracterizou-se pela tentativa de formar uma nova nação, com uma nova bandeira, escudo de armas e hino nacional próprios.

O episódio forneceu uma série de elementos que, ainda hoje, compõem o imaginário político gaúcho. Inerentes a essa autopercepção são os valores associados à liberdade, ao caráter guerreiro e à independência em relação ao poder central. O quanto há de verdadeiro nesses pressupostos políticos fica difícil avaliar, mas o fato é que a província do Rio Grande apresenta uma combinação explosiva nas primeiras décadas do século XIX, em que se misturavam a condição fronteiriça e militarizada, a insatisfação com o governo regencial e a difusão das ideias liberais exaltadas (KÚHN, 2004, p. 79-81).

O Pe. José de Medeiros Pereira como Vigário da Freguesia da Capital, desempenhou papel importante nas relações entre a Igreja e o Estado Novo.

Segundo a Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul a Igreja Católica, além de querer contribuir com o Estado na solução dos problemas sociais, principalmente do operariado, quis manter sob sua influência o mundo operário e evitar o domínio de ideologias materialistas (primordialmente o comunismo) neste ambiente.

Na manhã do dia 10 de novembro de 1937 o Congresso foi fechado e à noite, em pronunciamento pelo rádio, Vargas procurou justificar o golpe revelando a suposta ameaça de insurreição comunista. Milhares de opositores, de liberais a comunistas, civis e militares, encheram os cárceres da ditadura. O Brasil entrava no Estado Novo, com a censura, as prisões, as torturas e o terror policial.

O governo ditatorial foi um projeto político conjunto de Getúlio Vargas, os militares e a burocracia civil. Tinha como objetivos: criar um Estado autoritário e estável; acabar com a autonomia política dos estados; e submeter as oligarquias regionais ao poder do Estado – criando a estabilidade política necessária à plena implementação da modernização conservadora. A modernização se daria a partir da implantação de indústrias de base (CÁCERES, 1994, p. 279-280).

Assim, em 27 de fevereiro de 1839, na porta da Matriz, recebeu o Presidente da República e seus Ministros, conduzindo-os junto ao Altar Mór, onde assistiram a missa celebrada pelo Pe. Fidêncio, que de melodia penetrante e religiosa, lançava no futuro e via o cumprimento da vontade de Deus: A nossa Pátria livre, grande e poderosa.

Desde 1840, Caçapava deixara de ser Capital Farroupilha, e as forças imperiais que a tomaram espalharam pânico entre o povo, começou o declínio da Vila e, as obras da Igreja começaram a declinar.

Por quase um século as obras da Igreja Matriz ficaram paradas. Em 1896, em sua visita pastoral, o Sr. Bispo Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão diz que a Igreja Matriz se acha sempre no mesmo estado, não terminada, os bens imóveis ao abandono, os paramentos e alfaias pouco zelados...

Nessa época devido a Revolução Federalista, houve uma decadência para a Religião e uma enorme escassez de Clero.

A Revolução Federalista foi um conflito de caráter político, ocorrido no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1893 e 1895, que desencadeou uma revolta armada. Segundo Cáceres (1994) “a mais sanguinária guerra civil do Brasil, marcou toda a história da República Velha no Sul do país”.

Entre 1913 e 1916, o Pároco Pe. Manoel Fernandes Moreira tornou-se força poderosa na restauração católica de Caçapava, sempre empenhado em promover o progresso religioso de sua paróquia e a ativar os trabalhos da construção da Igreja Matriz.

Em 1921 a Paróquia de Caçapava deixa de pertencer a Arquidiocese de Porto Alegre sendo incorporada à Diocese de Santa Maria. O Pe. Jaques Terru, com sua boa caligrafia trouxe ordem ao Arquivo Paroquial e restaurou a verdadeira prática da Religião em Caçapava.

O Pe. João Maria Chiaramonte, em 1925, reforma a Comissão da Igreja para levar adiante a construção da Matriz, com esta, saiu pela campanha para angariar donativos, obtendo bons resultados. A Fotografia 3 mostra a Igreja Matriz em 1926.

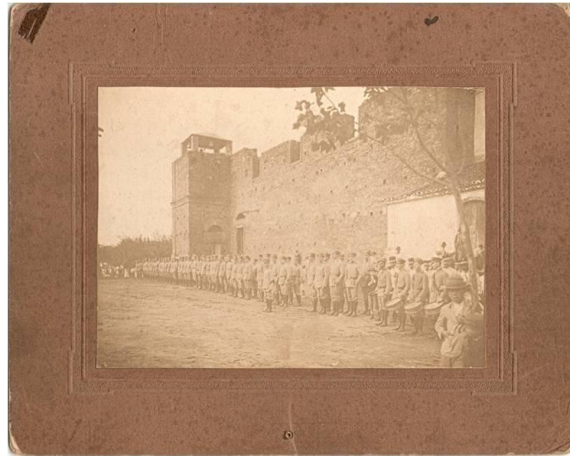


Figura 4 – Igreja Matriz e o Tiro de Guerra³

No final de 1927 escriturou-se o contrato da construção da Igreja Matriz. O centenário da Revolução Farroupilha serviu como estímulo para o Pe. Júlio Marin organizar uma Comissão para angariar donativos e dar andamento as obras. Finalmente, em 20 de setembro de 1935, a Igreja Matriz foi solenemente benzida por Dom Antônio Reis e aberta ao público. A Fotografia 4 mostra a Igreja Matriz após um ano de sua inauguração, a sua frente a Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes, ao lado direito o Largo Farroupilha, os prédios que aparecem são o Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro e ao lado o Clube União Caçapavana.



Figura 5 – Igreja Matriz em 1936

³ O Tiro de Guerra (TG) é uma instituição militar do Exército Brasileiro encarregada de formar soldados e ou cabos de segunda categoria (reservistas) para o exército. Os TGs são estruturados de modo que o convocado possa conciliar a instrução militar com o trabalho ou o estudo (VANOLIN, 2014).

Em 1949, o Pe. Otavio Cechin colocou o piso da Igreja Matriz, erigiu ao lado da mesma dois monumentos, como mostra as Fotografias 5 e 6, um dedicado às mães, como lembrança da proclamação do dogma da Assunção de Nossa Senhora, Padroeira da Paróquia, e outro dedicado a São José para os pais de família, como recordação do Ano Santo Mariano.



Figura 6 – Monumento dedicado às mães.



Figura 7 – Monumento dedicado aos pais.

Nos próximos 40 anos, os Padres que aqui passaram continuaram com muito dinamismo a rota traçada pelos seus antecessores.

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção, de Caçapava do Sul, foi tombada como patrimônio histórico, inscrita no livro do tomo do Patrimônio Histórico e Conselho Estadual de Cultura da Secretaria de Educação do

Estado, conforme parecer nº672, do relator historiador Dr. Dante Laytano no processo nº21, em 23.07.1985 (VANOLIN, 2014).

Após a gestão do Padre Otavio Cequin, a Igreja Matriz teve como Párocos o Padre José da Luz, o Padre João Luiz Flesch, o Padre Jorge Antônio Hudson e atualmente está sobre a gestão do Padre Rudinei Lasch.

Em 29 de abril de 1998, a Igreja Matriz foi interditada através de medida cautelar do Ministério Público, após o desabamento da estrutura de madeira da sacristia.

A Igreja Matriz possui uma comunidade de fiéis dedicados e com seu apoio imprescindível, a restauração é feita e, em outubro de 2001, a Igreja abre suas portas.

Muitos foram os amigos da Igreja Matriz, entre eles o Sr. Pedro Vanolin, como é conhecido pela comunidade caçapavana, foi Secretário do Conselho Econômico Paroquial – 2006 e membro do “Grupo de Amigos da Matriz”, um grupo formado para ajudar a arrecadar fundos para a restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção. Segundo Vanolin (2014), várias foram as formas encontradas para restaurar a Igreja Matriz. Entre elas: um projeto através da LIC – Lei de Incentivo a Cultura junto a Secretaria Estadual de Cultura destinando como patrocinador a AES Sul, a FarrapoFest 1999, doações espontâneas, rifas, sorteios, jantares, promoções, Festa da Padroeira, Festa do Divino, ajuda da comunidade católica, apoio do empresariado, dos dizimistas, Comissão de Voluntários, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da sua Secretaria de Cultura, Assembleia Legislativa do RGS, Comissão Pró-Restauração da Igreja Matriz, as 10 portas externas tiveram um doador para cada uma delas, entre tantas outras ajudas.

Em 1991 foi realizada a primeira Feira do Livro da Paróquia, promovida pela Igreja Matriz, que foi realizada por ela até 2004. Quando passa a ser organizada pelos alunos da Oficina de Criação Literária Alcy Cheuiche, recebendo o nome de Feira do Livro de Caçapava do Sul, a partir daqui sua arrecadação é revertida para as obras de restauração da Igreja Matriz, até sua reinauguração em 2011.



Figura 8 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção - 2013

Fonte: <http://www.diocesenet.com.br/home/?p=598%20>

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção levou 120 anos para ser concluída. Foi testemunha de fatos históricos da comunidade e do país. E como Pedro Vanolin (2014) diz “neste passeio fascinante pelas largas avenidas do passado glorioso queremos remover obstáculos e abrir perspectivas para um futuro melhor, irmanando-nos na idéia de resgatar o nosso orgulho caçapavano”. Salientando a importância do envolvimento da comunidade na preservação de seus bens culturais, monumentais, da sua própria história.

3.1 O arquivo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção

O arquivo paroquial da Igreja Matriz apresenta os seguintes tipos documentais a partir dos documentos apresentados pelo Código de Direito Canônico de 1983.

Tipos Documentais - CDC/1983	Tipos Documentais – Igreja Matriz
DOCUMENTOS E ESCRITURAS DIOCESANAS	NÃO APRESENTA.
REGISTROS DE FUNDAÇÕES PIAS	REGISTROS DE FUNDAÇÕES PIAS
REGISTRO DE DEDICAÇÃO E BENÇÃO DE IGREJAS E CEMINTÉRIOS	REGISTRO DE DEDICAÇÃO E BENÇÃO DE IGREJAS E CEMINTÉRIOS
ATAS DE ESCRUTÍNIOS	ATAS DE ESCRUTÍNIOS
REGISTRO DE ADMOESTAÇÕES E REPREENSÕES APLICADAS PELO ORDINÁRIO	NÃO APRESENTA.
RESUMOS DE AÇÕES PENAIS E PROCESSOS DE NATUREZA CRIMINAL	RESUMOS DE AÇÕES PENAIS E PROCESSOS DE NATUREZA CRIMINAL
INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO MATERIAL DA DIOCESE	NÃO APRESENTA.
DOCUMENTOS RELACIONADOS AOS DIREITOS PATRIMONIAIS DA IGREJA	DOCUMENTOS RELACIONADOS AOS DIREITOS PATRIMONIAIS DA IGREJA
LIVRO DE REGISTROS DE CELEBRAÇÃO SECRETA DE MATRIMÔNIO	LIVRO DE REGISTROS DE CELEBRAÇÃO SECRETA DE MATRIMÔNIO
DOCUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO PRÉVIA DE UM DELITO (ATAS, DECRETOS, ETC.)	DOCUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO PRÉVIA DE UM DELITO (ATAS, DECRETOS, ETC.)
ASSENTOS DE BATISMOS, MATRIMÔNIO, CONFIRMAÇÃO E ÓBITOS.	ASSENTOS DE BATISMOS, MATRIMÔNIO, CONFIRMAÇÃO E ÓBITOS.
CORRESPONDÊNCIAS	CORRESPONDÊNCIAS

Quadro 2 – Tipologia de documentos arquivísticos no CDC/1983 e da Igreja Matriz

Os documentos produzidos pela Igreja Matriz são enviados a Diocese a qual ela pertence. Durante os anos de existência da Igreja Matriz ela pertenceu até mais ou menos o ano de 1925 a Diocese de Porto Alegre, até o ano de 1993 a Diocese de Santa Maria e a partir daí a Diocese de Cachoeira do Sul.

Os Livros encontrados são cópias que permanecem na Igreja Matriz enquanto os originais são destinados a Diocese.

4 METODOLOGIA

Segundo Rampazzo (2010, p. 51) pesquisa é “um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, soluções ou leis, em qualquer área do conhecimento”. Portanto a pesquisa é uma atividade que depende dos objetivos do investigador baseada nos processos do método científico.

A pesquisa intitulada “Patrimônio Documental da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul/RS: análise tipológica” tem como objetivo identificar os tipos documentais eclesiásticos existentes no Arquivo da Igreja Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul/RS.

Essa pesquisa caracteriza-se como exploratória e classifica-se como um estudo de caso. Santos (2013, p. 199) destaca que estudo de caso “é o estudo que analisa com profundidade um ou poucos fatos, com vistas à obtenção de um grande conhecimento com riqueza de detalhes do objeto estudado”. Portanto, os resultados obtidos serão usados pela comunidade na construção da história da Igreja Matriz e sua comunidade, através dos tipos de documentos encontrados e analisados através da bibliografia arquivística.

As fontes bibliográficas usadas para desenvolver essa pesquisa são livros, dicionários, jornais, além de publicações como artigos de periódicos, dissertações e material disponibilizado na Internet.

O trabalho inicial partiu de um levantamento histórico da Igreja Matriz, pois através da sua história pôde-se mostrar o início da produção da documentação a ser analisada⁴. Além da bibliografia consultada aplicou-se entrevistas não estruturadas com pessoas que participaram da construção da Igreja Matriz, afim de obter conhecimento mais detalhado do que não foi publicado oficialmente, e, assim, atingir os objetivos propostos.

As informações coletadas no arquivo eclesiástico, proposta pela análise tipológica, foram obtidas através de formulário elaborado a partir do modelo do Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madrid.

⁴ A história da Igreja Matriz nos anos de 1815 a 1949, foi baseada no livro do Pe. Rubert. Ele narra a passagem de todos os Pes. que passaram por aqui, e junto, detalhes de alguns acontecimentos importantes do município, estado e país nesse período.

Com os dados descritivos completos fez-se um comparativo entre os tipos estipulados pelo CDC e os tipos encontrados no arquivo da Igreja Matriz.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A documentação encontrada no arquivo da Igreja Matriz é formada na sua maioria por livros de batismo e livros de casamento, mas também foram encontrados alguns livros de crisma, livros de casamentos-revalidações, livros de óbitos, livros Tombo e um livro de Atas.

Os livros encontrados são de propriedade particular do Pároco Rudinei e do Padre Mateus. O que mostra que a Igreja Matriz não possui livros no seu acervo.

Os Originais que estão faltando estão espalhados nas Dioceses de Porto Alegre, de Santa Maria e na de Cachoeira do Sul.

Em virtude da inexistência de espaço destinado ao arquivo eclesiástico e alguém comprometido com a organização e conservação do mesmo, desde a criação da Igreja Matriz, os documentos:

- apresentam-se nas formas de cópias e originais;
- os livros encontram-se armazenados em lugares diferentes;
- alguns possuem notação e outros não, o que dificulta a organização;

Os documentos analisados conforme os itens considerados pelo Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madrid serão apresentados a seguir:

Documento nº1

<p>1. Tipo Documental Livro de Atas.</p> <p>Definição: livro que narra e certifica as reuniões.</p> <p>Caracteres Externos: Gênero: textual Suporte: papel Formato: livro (22cm/33cm) Forma: original</p>
<p>2. Código Não apresenta.</p>
<p>3. Entidade Produtora Acumuladora Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção.</p>
<p>4. Atividade Registrar as reuniões do Centro das Senhoras da Ação Católica Nossa Senhora da Assunção.</p>

(continua)

5. Destinatário Diocese de Santa Maria.
6. Legislação Não apresenta.
7. Tramitação Não consta nada sobre esse procedimento.
8. Documentos Básicos Não foram encontrados documentos que acompanham o tipo documental.
9. Ordenação e Notação Ordenação cronológica Notação é em ordem crescente
10. Data de Produção 1947/1950
11. Conteúdo Descrição das reuniões da Ação Católica Nossa Senhora da Assunção
12. Vigência
13. Prazos Permanece no arquivo permanente

Quadro 3 – Análise tipológica do Livro de Atas

Documento nº2

<p>1. Tipo Documental Livro Tombo.</p> <p>Definição: livro que narra e certifica as reuniões.</p> <p>Caracteres Externos: Gênero: textual Suporte: papel Formato: livro (22cm/33cm) Forma: original</p>
2. Código
3. Entidade Produtora Acumuladora Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção.
4. Atividade Registrar reuniões, solenidades religiosas em outras instituições, mensagens, datas comemorativas religiosas, eventos(Festa das Padroeiras e Padroeiros das 50 Capelas pertencentes a Igreja Matriz; do Divino Espírito Santo; da Padroeira Nossa Senhora da Assunção) e atividades pastorais.
5. Destinatário Diocese de Porto Alegre.
6. Legislação
7. Tramitação O Pároco que faz as narrações no final do dia.

<p>8. Documentos Básicos Não foram encontrados documentos que acompanham o tipo documental.</p>
<p>9. Ordenação e Notação Ordenação cronológica Notação é em ordem crescente</p>
<p>10. Data de Produção 1915/1940</p>
<p>11. Conteúdo Narrações sobre: reuniões, solenidades religiosas em outras instituições, mensagens, datas comemorativas religiosas, eventos(Festa das Padroeiras e Padroeiros das 50 Capelas pertencentes a Igreja Matriz; do Divino Espírito Santo; da Padroeira Nossa Senhora da Assunção) e atividades pastorais.</p>
<p>12. Vigência</p>
<p>13. Prazos Permanece no arquivo permanente</p>

Quadro 4 – Análise tipológica do Livro Tombo

Documento nº 3

<p>14. Tipo Documental Livro de Batismo.</p> <p>Definição: O presente livro ha de servir para o registro de batizados desta Parochia de Caçapava.</p> <p>Caracteres Externos: Gênero: textual Suporte: papel Formato: livro (22cm/33cm) Forma: não apresenta</p>
<p>15. Código Nº23</p>
<p>16. Entidade Produtora Acumuladora Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção.</p>
<p>17. Atividade Registrar batismos.</p>
<p>18. Destinatário Diocese de Porto Alegre.</p>
<p>19. Legislação De acordo com o CDC/1983 (cân. 535 § 1 e §5).</p>
<p>20. Tramitação Pais e padrinhos fazem curso de batismo; apresentam a criança em uma missa; apresentação dos documentos necessários para o batismo (certidão de nascimento, comprovante do curso dos pais e padrinhos, comprovante de apresentação da criança na missa); batismo da criança.</p>
<p>21. Documentos Básicos Não foram encontrados documentos que acompanham o tipo documental.</p>
<p>22. Ordenação e Notação Ordenação cronológica Notação é em ordem crescente</p>

(conclusão)

23. Data de Produção 1918/1920
24. Conteúdo número do registro, dia do batismo, lugar do batismo, nome da criança, dia do nascimento, filho leg. ou natural, pai, mãe, padrinhos, celebrante, nota.
25. Vigência
26. Prazos Permanece no arquivo permanente

Quadro 5 – Análise Tipológica de Livros de Batismo

Documento nº4

27. Tipo Documental Livro de Crisma. Definição: Livro para registro de crisma. Caracteres Externos: Gênero: textual Suporte: papel Formato: livro (22cm/33cm) Forma: não apresenta
28. Código Nº9
29. Entidade Produtora Acumuladora Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção.
30. Atividade Registrar as crismas.
31. Destinatário Diocese de Santa Maria.
32. Legislação De acordo com o CDC/1983 (cân. 535 § 1 e §5).
33. Tramitação
34. Documentos Básicos Não foram encontrados documentos que acompanham o tipo documental.
35. Ordenação e Notação Ordenação cronológica Notação é em ordem crescente
36. Data de Produção 1963/1989
37. Conteúdo número do registro, nome do crismado, idade, filiação, padrinhos.
38. Vigência
39. Prazos Permanece no arquivo permanente

Quadro 6 – Análise tipológica de Livros de Crisma

Documento nº 5

<p>40. Tipo Documental Livro de Casamento.</p> <p>Definição: livro que registra casamentos.</p> <p>Caracteres Externos: Gênero: textual Suporte: papel Formato: livro (22cm/33cm) Forma: original</p>
<p>41. Código Nº12</p>
<p>42. Entidade Produtora Acumuladora Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção.</p>
<p>43. Atividade Registrar Casamentos.</p>
<p>44. Destinatário Diocese de Santa Maria.</p>
<p>45. Legislação De acordo com o CDC/1983 (cân. 535 § 1 e §5).</p>
<p>46. Tramitação</p>
<p>47. Documentos Básicos Não foram encontrados documentos que acompanham o tipo documental.</p>
<p>48. Ordenação e Notação Ordenação cronológica Notação é em ordem crescente</p>
<p>49. Data de Produção 1939/1945</p>
<p>50. Conteúdo O 1º nome dos noivos, data, o nome da igreja, termo do casamento, nome do padre, nome das testemunhas, nome completo dos noivos, situação do noivo, idade, filiação, local de nascimento, local de batizado, residência, situação da noiva, idade, filiação, local de nascimento, local de batismo, residência.</p>
<p>51. Vigência</p>
<p>52. Prazos Permanece no arquivo permanente</p>

Quadro 7 – Análise tipológica de Livros de Casamento

Documento nº6

<p>1. Tipo Documental Livro de Casamento-Revalidações.</p> <p>Definição: livro que registra casamentos de casais já casados no religioso.</p> <p>Caracteres Externos:</p>
--

(continua)

<p>Gênero: textual Suporte: papel Formato: livro (22cm/33cm) Forma: original</p>
<p>2. Código Nº8</p>
<p>3. Entidade Produtora Acumuladora Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção.</p>
<p>4. Atividade Registrar Casamentos.</p>
<p>5. Destinatário Diocese de Santa Maria.</p>
<p>6. Legislação De acordo com o CDC/1983 (cân. 535 § 1 e §5).</p>
<p>7. Tramitação</p>
<p>8. Documentos Básicos Não foram encontrados documentos que acompanham o tipo documental.</p>
<p>9. Ordenação e Notação Ordenação cronológica Notação é em ordem crescente</p>
<p>10. Data de Produção 1942/1948</p>
<p>11. Conteúdo Número de registro, nomes dos cônjuges, data, termo de casamento, nome das testemunhas, nomes do casal, filho legítimo/natural, filiação.</p>
<p>12. Vigência</p>
<p>13. Prazos Permanece no arquivo permanente</p>

Quadro 8 – Análise tipológica de Livros de Casamento-Revalidações

Documento nº 7

<p>1. Tipo Documental Livro de Óbitos.</p> <p>Definição: livro que registra os óbitos.</p> <p>Caracteres Externos: Gênero: textual Suporte: papel Formato: livro (22cm/33cm) Forma: não apresenta</p>
<p>2. Código Nº2</p>
<p>3. Entidade Produtora Acumuladora Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção.</p>

4. Atividade Registrar os óbitos.
5. Destinatário Diocese de Santa Maria.
6. Legislação De acordo com o CDC/1983 (cân. 535 § 1 e §5).
7. Tramitação Nada consta sobre.
8. Documentos Básicos Não foram encontrados documentos que acompanham o tipo documental.
9. Ordenação e Notação Ordenação cronológica Notação é em ordem crescente
10. Data de Produção 1939/1952
11. Conteúdo Número de registro, 1º nome, data, nome da igreja, nome do padre, nome completo do falecido, data do falecimento, idade, filiação, nome do vigário.
12. Vigência
13. Prazos Permanece no arquivo permanente

Quadro 9 – Análise tipológica de Livros de óbitos

Para chegar a essa análise tipológica foram analisados outros itens anteriormente até chegar aos tipos propostos pelos arquivistas de Madrid, como mostra as informações e quadros seguintes, os quadros mostram exatamente o número de documentos pesquisados. Foi um diagnóstico dos livros encontrados no sentido de construir com maior precisão a identificação dessas informações.

Só há um único Livro de Atas como mostra:

Dados Complementares nº1

NOTAÇÃO	DATA	Nº FOLHAS	BISPADO	VALIDAÇÃO
NÃO	1947/1950	50	S.M.	ASS.

Quadro 10 – Atas da Ação Católica Nossa Senhora da Assunção

Quanto aos Livros Tombo:

Dados Complementares nº 2

Nº	DATA	Nº FOLHAS	BISPADO	VALIDAÇÃO	OBS.
NÃO	1915/1940	100	PoA	ASSINATURA E CARIMBO	
NÃO	1940/1952	100	S.M.	ASSINATURA E SÊLO	
1	1952	78	S.M.	ASSINATURA	Livro datilografado
2	1962/1963	s/ numeração	(S.M.)	NÃO	Livro datilografado
5	1973	71	(S.M.)	ASSINATURA	Livro datilografado
6	1974	s/ numeração	(S.M.)	ASSINATURA	Livro datilografado
Nº	DATA	Nº FOLHAS	BISPADO	VALIDAÇÃO	OBS.
NÃO	1982/1990	100	S.M.	ASSINATURA	
NÃO	1991	200	S.M.	NÃO	

Quadro 11 – Livro Tombo

Alguns são manuscritos e outros datilografados, a explicação sobre os datilografados vem do termo escrito pelo Padre Otávio Cequim em 1952. Que justifica esse método devido a péssima caligrafia, o que permitiria um entendimento maior das transcrições que também poderiam ser mais detalhadas.

Os Livros de Batismo são em maior número, alguns possuem as folhas rubricadas outros possuem as folhas carimbadas.

Dados Complementares nº 3

Nº	DATA	Nº FOLHAS	BISPADO	VALIDAÇÃO	ÍNDICE ALFABÉTICO
01/2 2	Não encontrados				
23	1918/1920	98	PoA	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
*23	1907	9 PÁG. FOLHAS NÃO	PoA	NÃO	NÃO

(continua)

Nº	DATA	Nº FOLHAS	BISPADO	VALIDAÇÃO	ÍNDICE ALFABÉTICO
		NUMERADAS			
24	1925/1926	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
25	1926/1928	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
26	1928/1929	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
27	1929/1931	100	S.M.	ASSINATURA	NÃO
28	1931/1933	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
29	1933/1935	150	S.M.	ASSINATURA	NÃO
30	1935/1937	100	S.M.	ASSINATURA. E CARIMBO	NÃO
31	1937/1938	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
32	1938/1939	102	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
33	1939/1940	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
34	1940/1942	150	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
35	1942/1943	150	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
36	1943/1944	150	S.M.	ASSINATURA	NÃO
37	1944/1945	150	S.M.	ASSINATURA	NÃO
38	1945/1946	150	S.M.	ASSINATURA	NÃO
39	1946/1947	150	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
40	1947/1948	150	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
41	1948/1949	100	S.M.	ASSINATURA	NÃO
42	1949/1950	100	S.M.	ASSINATURA	NÃO
43	1950/1951	100	S.M.	ASSINATURA	NÃO
44	1951	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
45	1951/1952	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
46	1952/1953	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	NÃO
47	1953/1954	100	S.M.	ASSINATURA	NÃO
48	1954	100	S.M.	ASSINATURA	NÃO
49	1954/1955	100	S.M.	ASSINATURA	NÃO

(continua)

Nº	DATA	Nº FOLHAS	BISPADO	VALIDAÇÃO	ÍNDICE ALFABÉTICO
50	1955/1956	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
51	1956	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	SIM
52	1956/1957	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	SIM
53	1957/1958	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	SIM
54	1958	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	SIM
55	1958/1959	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	SIM
56	1959/1960	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	SIM
57	1961	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	SIM
58	1961	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	SIM
59	1961/1962	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
60	1962/1963	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	SIM
61	1963	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
62	1963/1964	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	SIM
63	1964/1965	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
64	1965/1966	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	SIM
65	1966	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
66	1966/1967	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	SIM
67	1967/1968	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
68	1968/1969	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
69	1969/1970	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
70	1970/1971	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
71	1971	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
72	1971/1973	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
73	1973	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
74	1973/1974	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
75	1975	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
76	1975/1977	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
77	1977/1978	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
78	1978/1979	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
79	1979/1980	100	S.M.	ASSINATURA	SIM

(continua)

Nº	DATA	Nº FOLHAS	BISPADO	VALIDAÇÃO	ÍNDICE ALFABÉTICO
80	1980/1981	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
81	1981/1982	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
82	1982/1983	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
83	1983/2984	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
84	1984/1985	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
85	1985/1986	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
86	1986/1987	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
87	1987/1988	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
88	1988/1990	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
89	1990/1991	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
90	1991/1992	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
91	1992/1993	100	S.M.	ASSINATURA	SIM
92	1993/1997	200	CACHOEIRA	ASSINATURA	SIM
93	1997/2001	200	CACHOEIRA	NÃO	SIM
94	2001/2005	200	CACHOEIRA	NÃO	SIM
95	2005/2010	200	CACHOEIRA	ASSINATURA.	SIM
96	2010/2014	200	CACHOEIRA	NÃO	SIM

Quadro 12 – Livros de Batismo

Os livros de crismas também não são muitos e apresentam além dos dados referentes aos crismados, os lugares onde foram realizadas as solenidades religiosas.

Dados Complementares nº 4

Nº	DATA	Nº FOLHAS	BISPADO	VALIDAÇÃO	OBS.
2	1936/1942	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	
3	1942/1947	100	S.M.	ASSINATURA	
5	1949	100	S.M.	ASSINATURA	2 REGISTROS
6	1951/1952	100	S.M.	ASSINATURA E SÊLO	
7	1952/1957	100	S.M.	ASSINATURA E SÊLO	Ass. Bispo verso Termo Encerramento
Nº	DATA	Nº FOLHAS	BISPADO	VALIDAÇÃO	OBS.
8	1957/1963	100	S.M.	ASSINATURA E	

(continua)

				CARIMBO	
9	1963/1989	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	

Quadro 13 - Livros de Crismas

Quanto aos livros de casamentos só foram encontrados esses, que como os de batismo foram os únicos que chegaram até 2014.

Dados Complementares nº 5

Nº	DATA	Nº FOLHAS	BISPADO	VALIDAÇÃO	OBS.
2	1930/1933	50	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	
3	1933/1935	50	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	
5	1936/1940	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	
10	1950/1956	150	(S.M.)	ASSINATURA	Tamanho 27cm/41cm
11	1956/1959	150	S.M.	ASSINATURA	
12	1940/1945	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	
14	1945/1950	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	
17	1958/1961	150	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	
18	1961/1965	150	S.M.	ASSINATURA	
19	1965/1969	150	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO	
20	1968/1972	150	S.M.	ASSINATURA	
21	1972/1975	150	S.M.	ASSINATURA	
22	1975/1978	150	S.M.	ASSINATURA	
23	1978/1980	150	S.M.	ASSINATURA	
24	1980/1982	150	S.M.	ASSINATURA	
25	1982/1985	150	S.M.	ASSINATURA	
26	1985/1988	150	S.M.	ASSINATURA	
27	1988/1991	150	S.M.	ASSINATURA	
28	1991/1995	100	CACHOEIRA	ASSINATURA	INDÍCE
29	1995/2006	200	CACHOEIRA	ASSINATURA	
30	2007/2014	150	S.M.	NÃO	

Quadro 14 – Livros de Casamento

Os Livros de Casamentos-Revalidações, que tratam dos casais já casados no civil e que resolveram depois de algum tempo casar no religioso, encontrados são:

Dados Complementares nº 6

Nº	DATA	Nº FOLHAS	BISPADO	VALIDAÇÃO
8	1942/1948	100	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO
9	1948/1955	100	S.M.	ASSINATURA

Quadro 15 – Livro de Casamento - Revalidações

E por último os Livros de óbitos que deixaram de ser produzidos após o surgimento das funerárias.

Dados Complementares nº 7

Nº	DATA	Nº FOLHAS	BISPADO	VALIDAÇÃO
2	1939/1952	50	S.M.	ASSINATURA E CARIMBO
4	1955/1977	100	S.M.	NÃO

Quadro 16 - Livro de Óbitos

6 CONCLUSÃO

Ao se proceder uma análise tipológica, a preocupação em saber fazer, construir o formulário a partir das informações adquiridas, dos conceitos e exemplos já definidos é um aspecto importante.

Essa pesquisa partiu de um levantamento histórico, pois ao se ter como proposta de estudo um arquivo com quase 200 anos de história, cria-se uma perspectiva de encontrar documentos raros para desenvolver o trabalho estipulado. Mas a realidade foi outra, poucos documentos, alguns bem danificados, sem uma proposta de organização e conservação.

Para alcançar o objetivo principal dessa pesquisa que é identificar os tipos documentais eclesiásticos existentes no arquivo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul/RS, foram essenciais as leituras sobre análise tipológica, arquivos e documentos eclesiásticos, que ofereceram a base para o desenvolvimento da parte teórica da pesquisa. E a pesquisa documental no Arquivo da Igreja Matriz, um levantamento de dados em documentos que retratam o passado e o presente.

Para a identificação dos tipos documentais foi usado o modelo disponibilizado pelo Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madrid. Durante o levantamento no acervo observou-se a falta de alguns dos Livros pesquisados, da Igreja Matriz, baseados na sequência de notação e cronológica. Também a falta de alguns Tipos Documentais que foram relacionados pelo Pároco atual e que não foram mostrados. Concluindo-se ser fundamental que estas informações estejam registradas e organizadas, uma vez que, elas servem como ponto de partida de grandes projetos e para a preservação da memória, tanto da Igreja Matriz quanto da comunidade caçapavana.

Através da análise tipológica realizada com os documentos que foram disponibilizados, cabendo salientar que não foi a totalidade de documentos existentes no Arquivo da Igreja Matriz que serviram de objeto nesta pesquisa. Desta forma percebe-se que há a possibilidade de novas pesquisas serem desenvolvidas a partir desta.

REFERÊNCIAS

A FUNÇÃO PASTORAL DOS ARQUIVOS ECLESIASTICOS. **Carta Circular da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja**. Cidade do Vaticano, 1997. Disponível em: < http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_19970202_archivi-ecclesiastici_it.html>. Acesso em: 18 out.2014.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, 51). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf> . Acesso em: 16 out.2014.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. Disponível em: < http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2010.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Projeto como fazer 8).

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Conselho Nacional de Arquivos – Conarq**. Rio de Janeiro, RJ, abr. 2014. Disponível em: < http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_ind ex=11&infoid=100&sid=52>. Acesso em: 28 out. 2014.

CÁCERES, Floribal. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Moderna, 1994.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983. Disponível em: www.presbiteros.com.br/site/wp-content/uploads/2010/06/CIC1983. Acesso em: 05 out.2014.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 3. ed. **Rev. e atual.** São Paulo: Editora Loyola, 2003.

COMEÇAM as festividades dos 200 anos da Igreja Matriz. **GAZETA DE CAÇAPAVA**, Caçapava do Sul, p. 3, 14 ago. 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (França). **Declaração Universal sobre os Arquivos**. Paris, Francia: Conseil International des Archives, 2010. Disponível em: < <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=109&sid=42> >. Acesso em: 01 nov. 2014.

CRUZ, Anamaria da Costa; PEROTA, Maria Luiza Lourdes Rocha; MENDES, Maria Tereza Reis. **Elaboração de Referências (NBR 6023/2002)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2007.

DIOCESE. **Paróquia Nossa Senhora da Assunção – Caçapava do Sul – RS**. Cachoeira do Sul, 2013. Disponível em:< www.diocesenet.com.br/home/?p=598>. Acesso em: 29 set. 2014.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FEDERAÇÃO DOS CÍRCULOS OPERERÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL (FCORS). **Histórico do movimento circuísta**. Porto Alegre: FCORS, [19--?]. Disponível em: < <http://www.fcors.com.br/index.php/fcors/quem-somos/historico-do-movimento-circuísta> >. Acesso em: 22 out.2014.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: EDIPLAT, 2003.

FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense: realidade e utopia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História, 54).

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 4.ed. Campinas, SP: Alínea, 2007.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer, v. 2).

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LASCH, Rudinei Pe.(2014, agosto). Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção: 200 anos de história. O Católico:Informativo da Paróquia Nossa Senhora da Assunção (001) p. 2.

MACEDO, Pedro Vanolin Marques de. **Arquivos que tenho sobre a Igreja Matriz** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por pedro.vanolin@gmail.com em 18 set. 2014.

MACEDO, Pedro Vanolin Marques de. **Informações** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por pedro.vanolin@gmail.com em 08 out. 2014.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Os Cursos de Arquivologia no Brasil: conquista de espaço acadêmico-institucional e delineamento de um campo científico. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 15, 2008, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: AAG, 2008. Disponível em: www.aag.org.br/anaisxvcb/aconteudo/paginas/indice_titulos.htm. Acesso em: 02 nov. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 10 out. 2014.

PINHEIRO, Antonio César Caldas. **A documentação eclesiástica e o Código de Direito Canônico**. Goiânia: PUCGoias, 2014. Disponível em: www2.ucg.br/flash/artigos/06407/documento.html. Acesso em: 07 de fev. 2014.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL DA IGREJA. **Pastoral da função dos arquivos da igreja** – para bispos diocesanos. Cidade do Vaticano, 1997. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_co_m_pcchc_19970202_archivi-ecclesiastici_it.html. Acesso em: 10 out.2014.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/pt-br.php>>. Acesso em: 02 out. 2014.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão dos documentos. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, jan./abr. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdfpciv11n1v11n1a09>>. Acesso em: 28 out. 2014.

RODRÍGUEZ, Sonia Troitiño. **Da crítica diplomática à análise tipológica: abordagens e técnicas de análise documental**. // Scire. 17:1 (en.-jun. 2011) 65-72. Disponível em: < <http://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/download/3998/3641>>.

RUBERT, Pe. Arlindo. **A Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul**. Caxias, RS: Editora La Salle, 1956.

SANTOS, Cristian José Oliveira. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica**. 2005, 237f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 04 out. 2014.

SANTOS, Cristian Oliveira. **Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551 – 1854): diagnóstico**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação – RBBB, São Paulo, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/28>.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 10. ed. Niterói, RJ: Editora Impetus, 2013.

SEVERO, Rivadavia. Igreja Matriz. In: **Prosas das sextas-feiras: artigos, comentários, crônicas veiculados na Rádio Caçapava e na Gazeta no limiar do milênio**. Caçapava do Sul: Gráfica Imperial, 2006. p. 75-76.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró – Reitoria de Pós – Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: MDT**. 8. ed. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2012.

ANEXOS

Anexo A – Carta enviada ao Vice-Governador

Excelentíssimo Senhor
Dr. Antonio Hohlfeldt
M.D. Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Caçapava do Sul, 2 de junho de 2006
Prezado Senhor

Tem esta correspondência a finalidade de solicitar a sua intervenção junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, para que possamos dar andamento às obras de restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul.

Dentro de um breve histórico, para que o senhor possa se situar, informamos que, através do processo judicial nº 040/1.03.0004329-4 que tramita nesta comarca, o prédio da igreja foi interditado em 28.04.1998, quando ocorreram desabamentos, o que aconteceu parcialmente na sacristia da igreja.

Os reparos foram feitos e a igreja teve sua interdição parcial levantada para uso dos fiéis em 12.10.2001.

Atualmente a obra encontra-se em fase de pintura externa. Os zimbórios de cobre da torre leste foram refeitos com a colocação do pára-raios e recuperação da cruz. A próxima etapa é a pintura, que não pode ser iniciada enquanto o estudo das cores não for liberado pelo IPHAE.

Esta planta de identificação de cores foi enviada ao patrimônio histórico em 25.11.2005 através de sedex, conforme recibo que se encontra anexado ao processo judicial.

Como desde aquela data não houve qualquer manifestação do IPHAE, o juiz desta comarca Dr. Michel Martins Arjona, por solicitação da promotora, determinou ao Instituto com urgência informações sobre o acompanhamento e vistoria das obras realizadas na fachada externa da igreja. Ofício datado de 10.05.2006.

Até esta data não houve qualquer resposta. Ficamos na dúvida se existe autoridade para esses funcionários.

O custo da obra é muito alto e, por essa razão, a comissão "Amigos da Matriz", cujos membros trabalham voluntariamente, incluindo o responsável técnico, engenheiro João Carlos Ciocari, resolveu pintar a torre leste, que já está restaurada e guarnecida por andaimes, para depois desmontá-los e iniciar o mesmo trabalho na torre oeste. No entanto, essas madeiras estão se estragando pela ação do tempo porque há sete meses aguardamos a liberação da pintura.

Os recursos que estão sendo utilizados na obra, com exceção de R\$25.000,00 enviados pelo Governo do Estado quando da interdição, e posteriormente R\$50.000,00 doados pela Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, todos eles provém de doações de empresas e entidades locais e povo em geral.

Além disso, para seu conhecimento, temos um projeto de restauração de revestimentos externos da Igreja Matriz que deu entrada no Sistema de lei de Incentivo à Cultura em 26.09.2005, sob protocolo nº 0023 48-11.00-05-8.

Atualmente, a comissão vem sendo cobrada para a retomada das obras, uma vez que as festas religiosas e outras, como a Feira do Livro, onde tivemos a honra da sua presença, têm revertido suas arrecadações para a restauração da Igreja Matriz, e a pintura não aparece.

Num despacho exarado em 2001, em função do procedimento do IPHAE, assim se expressou a doutora Laura Ullmann Lopes, juíza da comarca à época: "Causa preocupação o rumo que a situação está tomando. Não entrando no mérito das exigências, fica a indagação de como encontraremos a Igreja Matriz daqui a um ou dois anos? Quem fará o projeto para as obras externas? Quem executará e financiará as obras se as pessoas que vestiram a camiseta nestes últimos anos em prol da igreja não quiserem mais compromisso com a causa? Penso que o patrimônio histórico deve ser preservado e concordo que as obras de conservação e restauração devem respeitar as características do bem sem comprometê-las. Por outro lado, qualquer solução que se busque deve respeitar as limitações da comunidade, porque de nada vale um projeto nota 10 engavetado, porque não factível".

Cinco anos se passaram e pouco evoluímos. E isso porque, senhor Vice-Governador, os impecilhos impostos pelo IPHAE são imensos. Segundo o arquiteto responsável por esta obra, Roberto Luiz Sawitzki, o Instituto não tem verba para nada, sequer para pagar o deslocamento do arquiteto até Caçapava do Sul para vistoriar as obras. A última vez que este profissional deslocou-se até a nossa cidade, em agosto do ano passado, foi no carro do Ministério Público de Porto Alegre, a pedido da promotoria local.

Como o senhor pode perceber ao longo desta correspondência, somos reféns do IPHAE e por isso apelamos para sua autoridade, bom-senso e reconhecida cultura.

Confiando que serão tomadas providências para solução do impasse, subscrevemo-nos agradecidos.

Atenciosamente

João Ernesto Rothfuchs de Barcellos
Presidente da Comissão de Restauração da Igreja Matriz

Padre Jorge Hudson
Pároco Local

Engenheiro João Carlos Ciocari
Responsável Técnico da Comissão pelas obras de Restauração

Maria Berenice Gervasio Cheuiche
Procuradora da Igreja Matriz

Anexo B – Alguns dados sobre o Projeto junto a AES Sul através da LIC

02.09.2006:

Título do projeto: RESTAURAÇÃO DE REVESTIMENTOS EXTERNOS - IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

- **Data de entrada:** 15/09/2005
 - **Situação atual:** Não recomendado CEC
 - **Produtor cultural:** MARIA ALICE GARCIA DOS SANTOS
 - **Data de validade do CEPC:** 05/01/2007
-

- **Local de realização:** CAÇAPAVA DO SUL
 - **Identificação:** REALIZAÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE REVESTIMENTOS EXTERNOS DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO.
 - **Justificativa:** PRESERVAR O PATRIMÔNIO CULTURAL.
-

- **Valor solicitado:** R\$394.632,80
- **Valor aprovado:** R\$0,00
- **Valor captado:** R\$0,00
- **Valor habilitado:** R\$0,00
- **Período de execução:** 15/03/2006 a 15/09/2007
- **Vigência da captação:** 13/03/2008
- **Situação da prestação de contas:**

Anexo C – Termo de Abertura do Livro de Atas

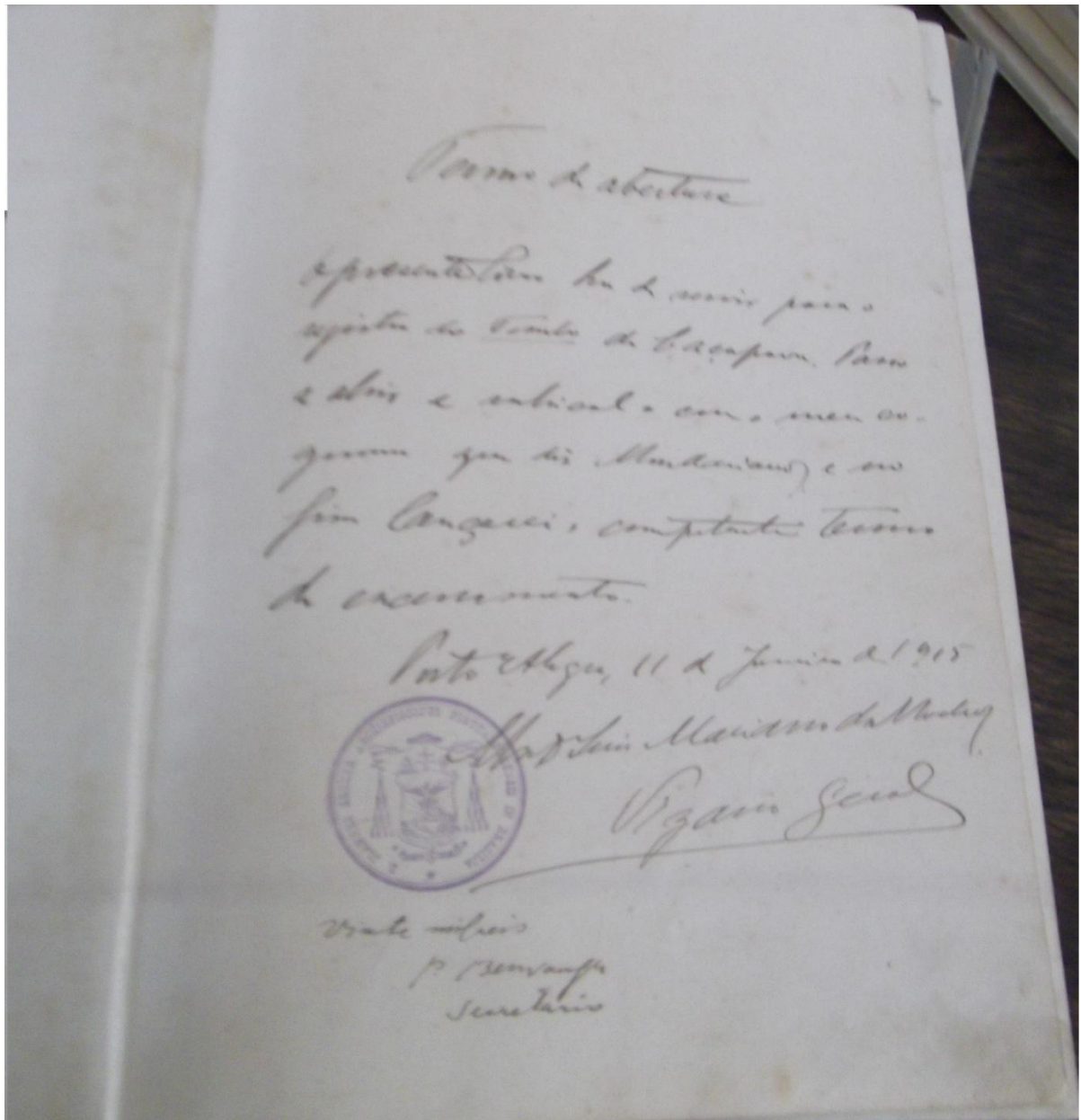
Termo de abertura:

Este livro há de servir para registrar os documentos, atas e sessões do Centro *Ima* Senhora da Assunção das Senhoras da Ação Católica. Faço a abrir, numerá-lo e rubricá-lo com o meu cognome que diz: - Sr. Cequim - e no fim lançarei o competente termo de encerramento.

Caçapava do Sul, aos 2 de março de 1977

Sr. Otávio Cequim
Assistente Eclesiástico

Anexo D – Termo de Abertura do Livro Tombo



Anexo E – Termo de Abertura do Livro de Batismo

Archidiocese de Porto Alegre

No. 23 1A

Livro de Baptismos

DE

Termo de Abertura

O presente livro ha de servir para o registro de baptisados desta
Parochia de Capua Passo a abrir e rubrical-o com o meu cogno-
 me que diz: *Mariano* e no fim lançarei o competente termo
 de encerramento.

Porto Alegre, 27 de Setembro de 1918



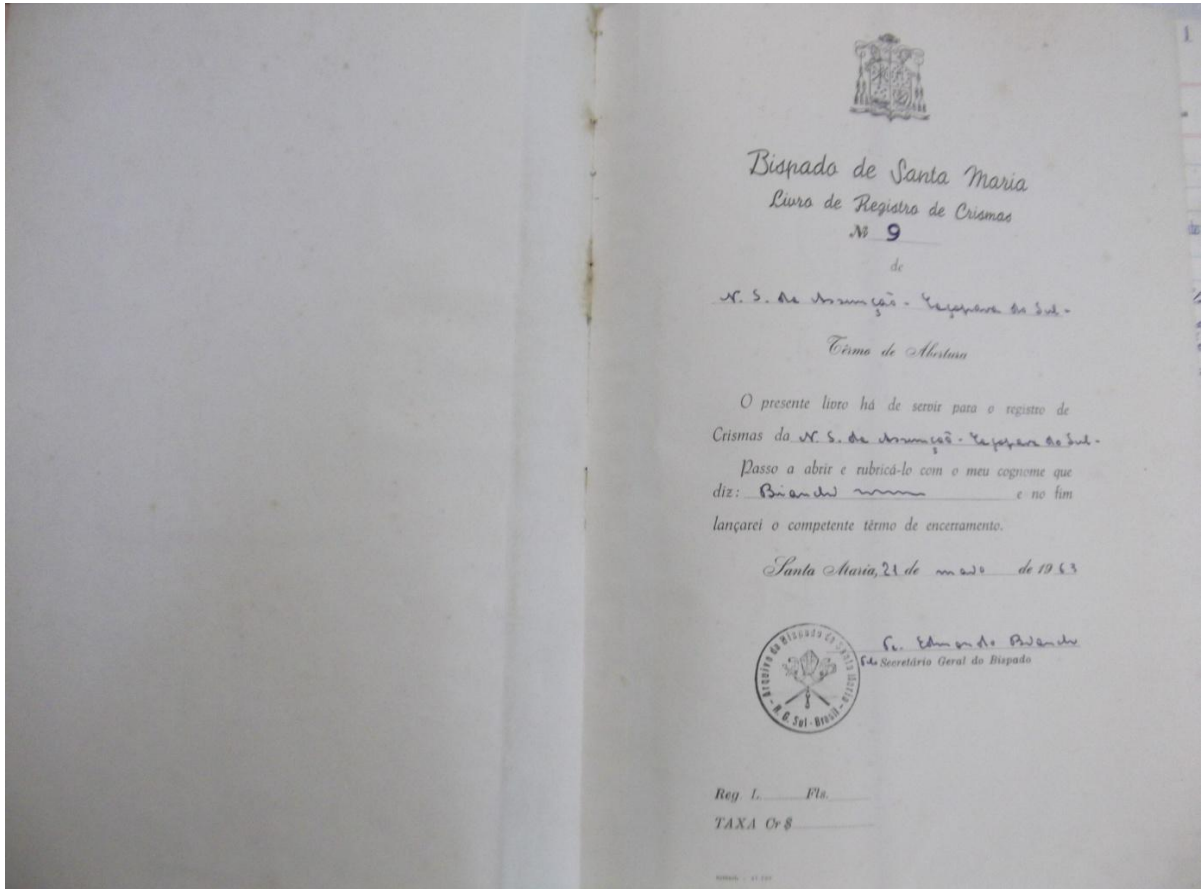
M. de S. Mariano de Paula

Vigário geral

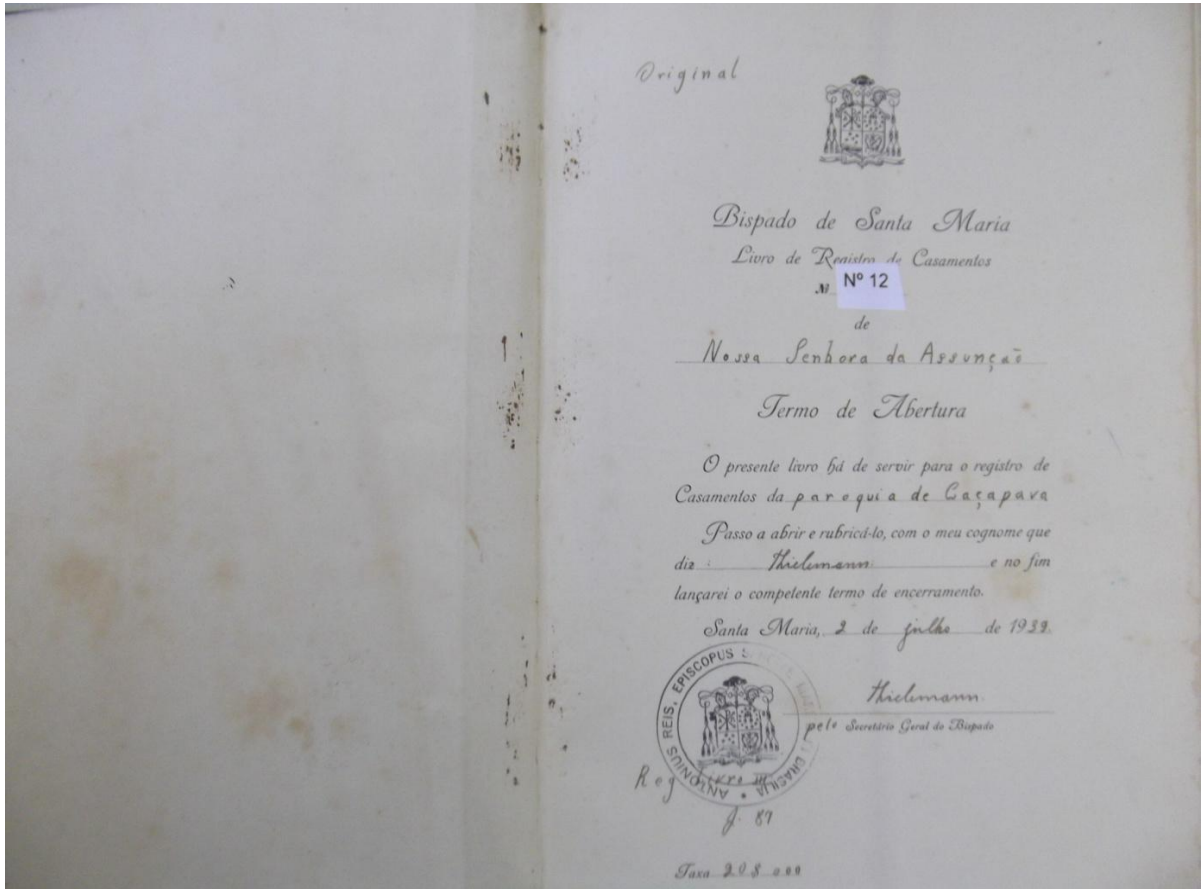
Valor: vinte mil réis

J. P. de Souza

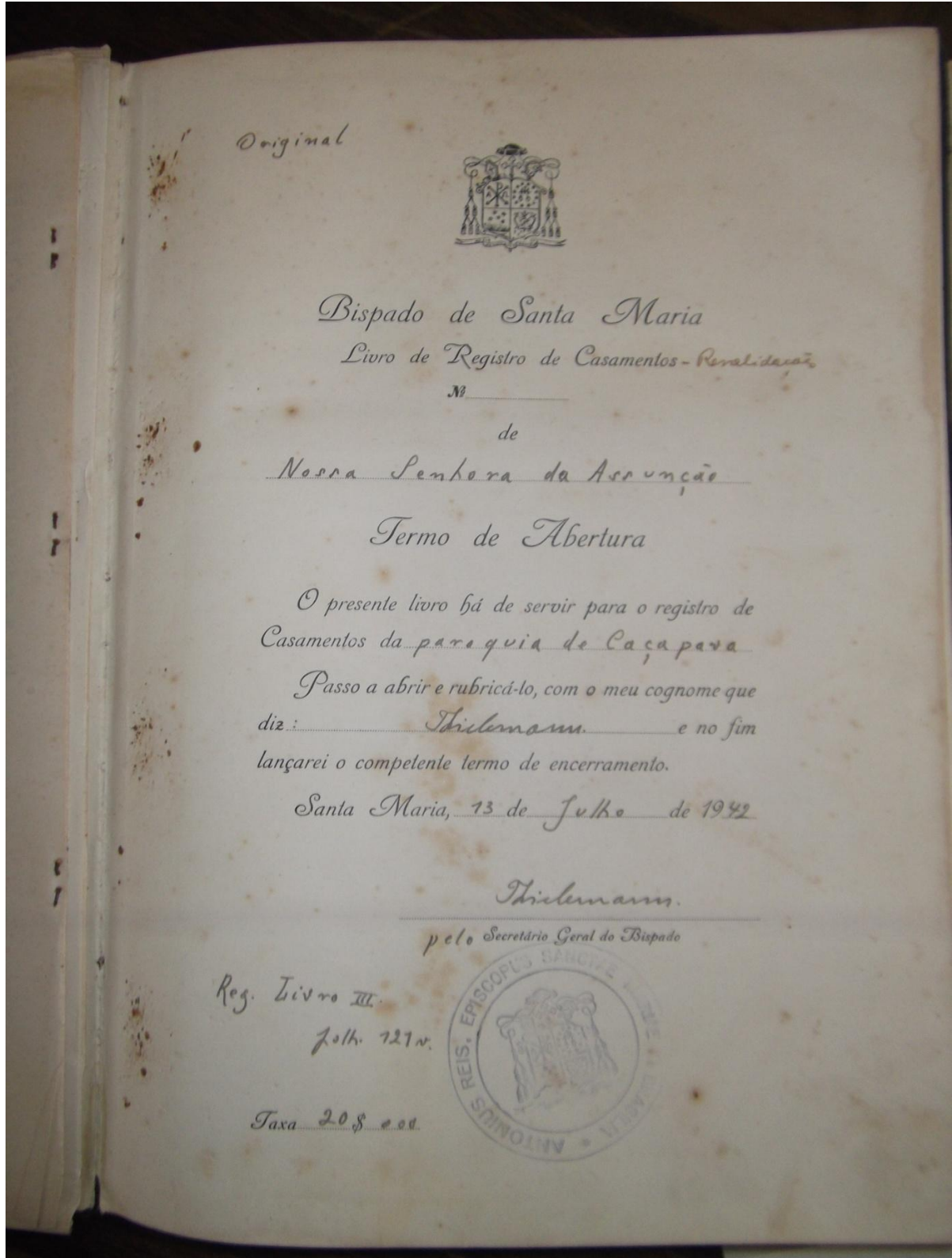
Anexo F – Termo de Abertura do Livro de Crisma



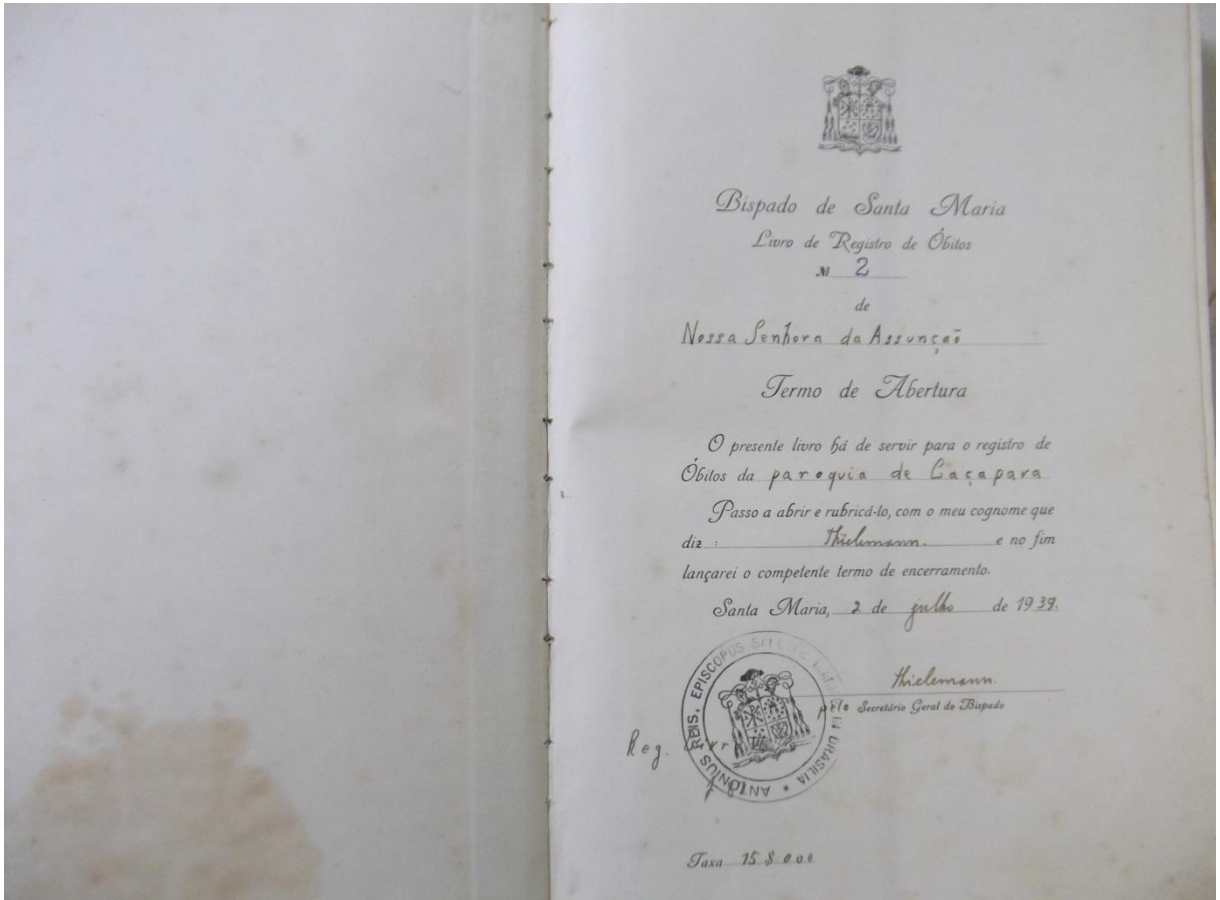
Anexo G – Termo de Abertura do Livro de Casamento



Anexo H – Termo de Abertura do Livro de Casamento-Revalidações



Anexo I – Termo de Abertura do Livro de Óbitos



Anexo J – Armário de Guarda de alguns Livros



Anexo K – Termo do Padre Otávio Cequim

UMA EXPLICAÇÃO QUE SE FAZ NECESSÁRIA

Iniciamos hoje esta nova modalidade de anotarmos os principais acontecimentos da Paróquia e a relação do movimento religioso, em continuação ao LIVRO TOMBO que foi iniciado em 1940.- Não sabemos se esta forma poderá ser legalizada nem tão pouco se o sr. Bispo a vai permitir.- Colegas a quem consultamos, porém, não acharam nenhuma dificuldade nem empecilho. O próprio Mons. Armando Teixeira, ilustre Decano, deu a sua aprovação.

Parece-nos que assim o LIVRO TOMBO adquire duas vantagens:

- a) a letra se torna mais legível, - tanto mais para quem tem péssima caligrafia.
- b) existe a possibilidade de se alongar um pouco mais as notícias e completar até mesmo com a transcrição quase integral dos documentos, Circulares e Avisos - muitos deles de grande importância e que merecem ser mais bem conservados.

Creio que com um pouco de capricho e cuidado se poderá ir completando os cadernos até formarem um volume semelhante aos demais e depois encaderná-los perfeitamente.

Outrora, as Atas de Assembleias e de reuniões eram feitas em livros especiais e cuidadosamente caligrafadas. Hoje em dia já são feitas em folhas soltas e arquivadas. Desenvolvimento e senso prático. Era o que julgávamos dever dizer.

Caçapava do Sul, aos 25 de março de 1962

Pe. Otávio Cequim

Paroco

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário de Identificação de Tipo Documental baseado nos itens propostos pelo Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madrid

14. Tipo Documental

Definição

Caracteres Externos:

Gênero

Suporte

Formato

Forma

15. Código

16. Entidade Produtora Acumuladora

17. Atividade

18. Destinatário

19. Legislação

20. Tramitação

21. Documentos Básicos

22. Ordenação e Notação

23. Data de Produção

24. Conteúdo

25. Vigência

26. Prazos

APÊNDICE B – Autorização

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* – GESTÃO EM ARQUIVOS**

Eu,-----

abaixo assinado(a) , portador(a) da carteira de identidade nº-----, declaro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre a pesquisa cujo o título é **PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CAÇAPAVA DO SUL/RS: ANÁLISE TIPOLÓGICA** que tem **Maríndia Pôrto Nunes** como responsável. Declaro estar ciente dos procedimentos que essa pesquisa envolve, desta forma autorizo a divulgação de fotos, entrevista e outras formas de informações por mim fornecidas e que serão usadas para fins exclusivamente de pesquisa científica. As mesmas poderão ser apresentadas em eventos, publicadas em revistas, livros e outros veículos que servem para publicação de trabalhos científicos. Minha concordância justifica-se por compreender que haverá um cuidado por parte da pesquisadora para não ferir a ética, tendo a devida cautela para que a divulgação de informações, por mim fornecidas, não comprometam a minha integridade, contribuindo apenas para o avanço nos estudos na temática objeto do estudo especificamente.

-----,-----de-----2014.

(Local)

(Assinatura do participante)